

AIDS: o diálogo entre livros didáticos de Ciências (PNLD 2017/2020), professores/as e alunos/as

AIDS: the dialogue between Science textbooks (PNLD 2017/2020), teachers and students

Lourdes Maria Campos Corrêa¹  0000-0003-2655-9737

Elenita Pinheiro de Queiroz Silva²  0000-0001-8725-7631

Resumo

Este trabalho buscou cotejar o modo de apresentação e produção do tema AIDS em livros didáticos de Ciências, aprovados em duas edições do Programa Nacional do Livro Didático (2017, 2020). Para tanto, foram analisados livros de 7º e 8º anos, utilizando-se o método de análise

¹ Universidade Federal de Uberlândia, Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional. Rod. LMG 746, s/n., Araras, 3850-00, Monte Carmelo, MG, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: L.M.C. CORRÊA. E-mail: <lourdesmccorrea@yahoo.com.br>.

² Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia, MG, Brasil.

Apoio/Support: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Processo nº 302399/2017-0).

Artigo elaborado a partir do relatório final da Pesquisa de Pós-Doutorado de L.M.C. CORRÊA, intitulada "Aids: o diálogo entre livros didáticos de ciências (PNLD2017/2020), professores/as e alunos/as". Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

Como citar este artigo/How to cite this article

Corrêa, L. M. C.; Silva, E.P.Q. AIDS: o diálogo entre livros didáticos de Ciências (PNLD 2017/2020), professores/as e alunos/as. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 27, e225765, 2022. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v27e2022a5765>



de conteúdo de Laurence Bardin. Os critérios para seleção das coleções foram: terem sido submetidas e aprovadas na edição anterior e na posterior à implantação da atual Base Nacional Curricular Comum; apresentarem o maior índice de distribuição em escolas públicas do Brasil; serem destinadas ao ensino de Ciências dos anos finais do Ensino Fundamental. Foram encontradas inclusões de novos aspectos, como a menção à Lei nº 12.984/14, que prevê a criminalização de preconceitos manifestos contra pessoas que vivem com HIV, e informações sobre as profilaxias pré e pós-exposição. A localização do tema apresenta-se nos mesmos conteúdos clássicos, como a reprodução, os métodos contraceptivos e as Infecções Sexualmente Transmissíveis; e permanece a responsabilização individual da transmissão do HIV/AIDS e a cultura do medo e da morte. Portanto os livros trazem discussões que ampliam a reflexão sobre a vida com HIV/AIDS, mas ainda muito dependentes de ações efetivas dos docentes em sala de aula. Ainda há que se dar passos mais largos em direção à construção de educações que superem os preconceitos sobre a AIDS e as pessoas que com ela convivem.

Palavras-chave: Corpo. Educação. Política da educação. Saúde. Sexualidade.

Abstract

This work aimed to compare the way how the AIDS theme is presented and produced in science textbooks, approved in two editions of the Brazilian National Textbook Program (2017, 2020). We analyzed 7th and 8th grade textbooks using Laurence Bardin's content analysis method. The criteria for collection selection were: having been submitted and approved in the edition before and after the implementation of the current Common Brazilian National Curriculum Base; presenting the highest rate of distribution in public schools in Brazil; being intended for science teaching in the final years of elementary school. Inclusions of new aspects were found, as mentioned in Law nº 12.984/14, which provides for the criminalization of prejudice against people living with HIV, and information on pre- and post-exposure prophylaxis. The location of the theme is presented in the same classic contents, such as reproduction, contraceptive methods, and Sexually Transmitted Infections, with individual responsibility for the transmission of HIV/AIDS and the culture of fear and death remaining. Therefore, the books bring discussions that broaden the reflection on life with HIV/AIDS, but still very dependent on effective actions by teachers in the classroom. There are still more steps to be taken for the construction of educations that overcome prejudice about AIDS and the people who live with it.

Keywords: Body. Education. Education policy. Health. Sexuality.

Introdução

O boletim epidemiológico brasileiro de 2021 apresenta o registro de 32.701 novos casos da *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (AIDS, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), no ano de 2020, com uma taxa de detecção do vírus correspondente a 14,1/100 mil habitantes, sendo que 52,8% desses estão na faixa etária entre 20 e 34 anos. O boletim também indica um aumento da taxa de detecção de AIDS (x100 mil habitantes) em homens jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, nos últimos 10 anos. Entre 2010 e 2020, o aumento da infecção nestas faixas etárias correspondeu a 29,0% e 20,2%, respectivamente (Brasil, 2021).

A produção e divulgação dos dados estatísticos sobre a infecção por *Human Immunodeficiency Virus* (HIV, Vírus da Imunodeficiência Humana) serviu, na história da AIDS, como um dos demarcadores de chamada de atenção da população em geral. Se no boletim epidemiológico de 2021 a caracterização

da população atingida é demonstrada pelo perfil etário, gênero e etapa da vida, na década de 1980 e de 1990, ela tinha como centralidade a orientação sexual. Esse fato se evidencia pelo enquadramento da AIDS como uma doença restrita aos homossexuais, como inferido por Ferreira (1994).

A homossexualidade é tornada uma grande ameaça ao corpo e às práticas sexuais, e, por essa via, criou-se o maior pânico sexual da história contemporânea. No bojo desse pânico (ou em reforço a ele), foi construído, com a invenção da noção “grupo de risco”, não apenas um delimitador biomédico, mas um cordão sanitário-moral (Pelúcio; Miskolci, 2009). Anos mais tarde, a história, a luta e a experiência da infecção por HIV exigiram a alteração terminológica de “grupo de risco” para “comportamentos de risco” (Schaurich, 2004). Essa alteração permite o entendimento da abrangência da epidemia e, por conseguinte, a inclusão de indivíduos atingidos – das mais variadas orientações sexuais.

A produção terminológica, efetivamente no caso da AIDS e de algumas doenças, assinala para o funcionamento da linguagem na constituição de sentidos. A noção de “grupo de risco” foi, e permanece sendo, estigmatizadora das populações, negando direitos e fortalecendo preconceitos. A noção “comportamentos de risco”, além de manter a ideia da culpa pela infecção e adoecimento, impede a compreensão da dimensão complexa e multireferencial da AIDS. Uma dimensão que toma em conta aspectos relativos à distribuição das riquezas, de bens sociais, sanitários, biomédicos, ecológicos, entre outros.

Estabelecendo um paralelo entre o uso da noção de risco no contexto da AIDS e da Covid-19³, Barbieri, Zucchi e Barros (2020, p. 1) argumentam que,

[...] para a ciência, risco é um conceito que expressa a probabilidade de algo acontecer. Como a ciência faz parte da vida cotidiana, os conceitos e as ideias vão se transformando conforme os contextos socioculturais e históricos aos quais pertencemos. No senso comum, a palavra ‘risco’ transmite a ideia de perigo, alerta e, como sabemos pela história da Aids no Brasil e no mundo, a passagem entre ‘pessoas com maior probabilidade de infecção’ para ‘pessoas perigosas’ gerou sobretudo respostas sociais de exclusão, marginalização e violação de direitos. Outra lição duramente aprendida com a Aids é que só pode ser considerado ‘de risco’ apenas quem, em alguma medida, pertença a um grupo com características, comportamentos e condições de saúde que representem menor valor na hierarquia social e, portanto, representem ‘perigo’ ou ‘alerta’.

Assim, decorreu a alteração terminológica, especialmente no campo da saúde, para a noção de vulnerabilidade. As vulnerabilidades comportam fatores socioeconômicos, políticos, culturais, programáticos (programas e ações) e individuais – grau de consciência, não decorrendo, exclusivamente, da vontade dos sujeitos (Ayres, 2001; Seffner, 2001; Schaurich, 2004). Contudo, frente ao atual surto da chamada “varíola dos macacos”⁴, tem-se uma situação semelhante à história da epidemia da AIDS, ao ser enquadrada como uma doença relativa aos homossexuais. Em 27 de julho de 2022, o diretor da

³ Covid-19 é uma infecção respiratória causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2. A doença é potencialmente grave, altamente transmissível e espalhou-se por todo o mundo (Biblioteca Virtual em Saúde, 2022).

⁴ “É causada pelo vírus monkeypox, que pertence ao gênero *orthopoxvirus*. É considerada uma zoonose viral com sintomas muito semelhantes aos observados em pacientes com varíola, embora seja clinicamente menos grave” (Biblioteca Virtual em Saúde, 2022, *online*).

Organização Mundial de Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, orientou que homens que fazem sexo com homens reduzam o número de parceiros sexuais para diminuir o risco de exposição à varíola dos macacos (Rocha; Magalhães, 2022). Esse fato reforça a necessidade contemporânea das reflexões e debates quanto às vulnerabilidades e às linguagens excludentes e estigmatizadoras.

No contexto desta discussão, a escola tem um papel central no trabalho educativo, portanto, na formação conceitual, na participação da prevenção da AIDS, na busca pela redução das vulnerabilidades e na desconstrução de preconceitos e de estigmas. Nesse sentido, os Livros Didáticos (LD) podem ser um instrumento importante, mas, para isso, é necessário que estejam voltados para essas problematizações, sendo fundamental que seja conhecida a forma como dialogam sobre a AIDS com seus/suas leitores/as. Por conseguinte, é imprescindível que os LD não apresentem, de forma alguma, conteúdos que sejam discriminatórios ou que estejam propostos de maneira equivocada (Lajolo, 1996).

As pesquisas realizadas sobre a temática de Infecções Sexualmente Transmissíveis / AIDS em LD de Ciências e Biologia indicaram a escassez de discussões de cunho sociocultural na abordagem desses conteúdos, enfatizando-se as questões biomédicas. Como exemplo, tem-se a pesquisa de Machado *et al.* (2019), que encontrou erros conceituais em algumas coleções analisadas, entretanto, apontou que as abordagens socioculturais em LD de Ciências foram mais contundentes do que nos livros de Biologia. Isso indicou um importante avanço para as discussões, bem como a necessidade de uma escolha cautelosa dos LD que serão utilizados na escola. Pereira (2013), analisando livros de Ciências na articulação dos temas sexualidade, gênero e os LD, revelou um aspecto mais preventivo na abordagem sobre HIV/AIDS, como também uma tônica prescritiva em sua apresentação, acentuando-se a relação entre doença e morte. Já Bellini e Frasson (2006) encontraram uma abordagem bélica para o conteúdo de HIV/AIDS nos livros de Ciências. Os LD enfatizaram uma visão simplista do vírus por meio de uma antítese, indicando o HIV como uma estrutura simples e, ao mesmo tempo, letal. A linguagem apresentada nas obras afastou-se da científica, em uma perspectiva facilitadora do conteúdo, o que pode ser a causa de erros contidos nos textos.

As pesquisas acima indicam que aspectos médico-biológicos, preventivos, com abordagem bélica e ênfase em doença e morte foram uma tônica forte nos LD analisados. O trabalho mais recente, de Machado *et al.* (2019), indica, contudo, um início das discussões socioculturais. Nessa perspectiva, a investigação aqui apresentada buscou cotejar o modo de apresentação e produção do tema AIDS em livros didáticos de Ciências aprovados em duas edições do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2017/2020.

Procedimentos Metodológicos

Seguindo a perspectiva de Cellard (2012), os LD foram considerados como documentos públicos não arquivados. Para o autor, o documento pode ser um texto escrito, registrado em papel, seja manuscrito ou impresso, como também qualquer outro tipo de testemunho registrado, incluindo aqueles de natureza iconográfica e cinematográfica, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, entre outros (Cellard, 2012). Nesta perspectiva, foi realizada uma pesquisa documental de natureza qualitativa, com o uso da técnica da análise de conteúdo, desenvolvida em torno de “três polos cronológicos”: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2011).

Os critérios de seleção adotados para a escolha das coleções analisadas foram: 1) terem sido submetidas e aprovadas em duas edições consecutivas do PNLD – uma anterior e outra posterior a aprovação da atual Base Nacional Curricular Comum, com vistas à ruptura e/ou continuidades da abordagem temática da HIV/AIDS; 2) apresentarem o maior índice de distribuição em escolas públicas do país, em consideração ao alcance da maior população de estudantes e docentes (público alvo das coleções); 3) serem destinadas ao ensino de Ciências dos anos finais do ensino fundamental, em razão da proximidade do universo do público mais atingido pela infecção do HIV e da responsabilidade curricular, da citada disciplina escolar, na abordagem do tema corpo humano.

O acesso à lista das coleções aprovadas e do número de distribuição das mesmas ocorreu via leitura dos Guias do Livro Didático de Ciências e dos dados estatísticos da distribuição deles em documentos disponibilizados no portal *online* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil, 2020). Dessa maneira, foram analisadas as seguintes coleções: Editora Moderna (2014, 2018); Gewandsznajder e Pacca (2018); Gewandsznajder (2016); Lopes e Audino (2018); Lopes (2015); Canto e Leite (2018); Canto (2015).

Selecionadas as coleções, foi realizada uma “leitura flutuante”, pré-análise, dos livros destinados aos/às estudantes e aos/às docentes – Manual do Professor –, que compõem cada coleção. Nessa leitura, foram considerados todos os sumários dos livros selecionados com vistas à pré-seleção dos possíveis locais de cada livro em que conteúdos relativos ao tema AIDS poderiam estar alocados. Tomou-se como parâmetro e atenção o indicado na tese de doutorado de Corrêa (2017), que aponta em livros didáticos de Biologia os temas das áreas da Biologia e da Saúde – vírus, saúde, sistema imunitário, reprodução humana –, em que a HIV/AIDS é abordada.

A leitura dos sumários permitiu a localização de unidades e/ou capítulos dos livros em que o tema HIV/AIDS está abordado e o contato com o modo de apresentação do tema-foco da análise realizada. As informações selecionadas dos sumários conduziram às unidades/capítulos, às pistas do tema AIDS e HIV. Com a leitura destes, foi procedida a sistematização em fichas, produzidas com uso de editor de texto, contendo palavras-chave, títulos, imagens e subtemas associados à abordagem da HIV/AIDS.

Vale frisar que foram considerados os termos AIDS e HIV como ponto de partida para a leitura inicial, e, pela imersão em cada unidade/capítulo dos livros, outros termos emergiram – prevenção, tratamento, transmissão, doença. A partir da sistematização, foi possível realizar a etapa da exploração minuciosa do material produzido. Nessa etapa, aprofundou-se a descrição do conteúdo em fichamentos e quadros-síntese, a fim de que fosse possível a produção das noções produtoras e/ou mobilizadoras de sentidos. Para a elaboração destas, foi assumida a realização de inferências e interpretações das produções de sentidos dos livros em torno da AIDS e do HIV, de modo que, a partir delas, foram criadas o que se convencionou nominar, na análise de conteúdo, de categorias. Neste artigo, estão apresentadas duas das categorias que emergiram da produção analítica dos LD: o diálogo dos LD de Ciências sobre a AIDS e HIV com seus/as leitores/as e a (in)visibilidade da pessoa vivendo com HIV nos LD de Ciências.

Resultados e Discussão

Ao tornar o livro didático também como produção cultural e dispositivo, extrapolando o entendimento do livro como documento e como instrumento, e, dessa maneira, ao agregar outras

ferramentas analíticas, como as noções de endereçamento e autoria, foi possível ver a emergência do modo como o livro didático fala e cava diálogo a quem ele se endereça. Nessa perspectiva, os variados recursos textuais, lógico-semânticos são empenhados para a produção e mobilização de sentidos pelo LD. Posto de outra maneira, os livros analisados adotam uma linguagem descritivo-prescritiva, no traçado da narrativa da AIDS que constroem.

Na categoria (a) O diálogo dos LD de Ciências sobre a AIDS e o HIV com seus/as leitores/as, foi reunido o conjunto de informações que os LD apresentam sobre a AIDS. Elas se referem às questões do histórico da emergência da AIDS, características e prevenção. A categoria (b) (in)visibilidade da pessoa vivendo com HIV nos LD de Ciências emerge quando é realizada a pergunta pela pessoa afetada pelo vírus e pela síndrome. Essa pessoa importava às analistas. Se, na origem da pandemia, ela foi o homem homossexual situado como pessoa perigosa, tempos depois, o grupo ampliou com a consideração das pessoas com comportamentos de risco – homens homossexuais, mulheres profissionais do sexo, haitianos, pessoas que vivem com a condição de hemofilia, usuárias de drogas injetáveis. Contudo, são os demarcadores de orientação sexual, gênero, profissão, anormalidade que serviram para qualificar as pessoas passíveis da infecção. Estas, quando alcançaram o “status de infectados/as”, foram lidas como “aidéticas”, e, por fim, pessoas que vivem com HIV. Mas onde fica o humano? Os sentimentos, medos, esperanças, projetos, vidas destas pessoas? Ocupam-se os livros da humanidade das pessoas quando abordam a AIDS? Os indícios e os traços de respostas a estas questões estão discutidos na próxima categoria.

(a) O diálogo dos LD de Ciências sobre a AIDS e o HIV com seus/as leitores/as

A localização do tema HIV/AIDS obedece a um histórico da organização curricular e do conhecimento escolar da disciplina Ciências vinculado às ciências de referência (Lopes, 1999) – Zoologia, Sistemática, Medicina, entre outras. Dessa maneira, os conhecimentos escolares relativos às áreas da Sistemática e a preocupação com a noção de classificação; os conhecimentos sobre reprodução sexuada e sobre doenças, sempre fizeram parte da proposta da escola moderna, e, no século XX, como integrante dos currículos das disciplinas Ciências e Biologia. Estes são conhecimentos que podem ser considerados como especificidades pedagógicas do ensino de Ciências e foram espaços-tempos curriculares que facultaram a inserção do tema AIDS na escola a partir de 1990 (Wortmann, 2001). Essa inserção pode ser tomada como uma das estratégias de enfrentamento à epidemia da AIDS, via educação da prevenção e controle da infecção pelo HIV, e estão expressos nos livros analisados. A referência à HIV/AIDS está configurada nas coleções conforme o Quadro 1.

De acordo com o que indica o Quadro 1, a configuração da localização da temática é mantida na edição de 2018, da coleção Projeto Araribá Mais⁵, ocorrendo apenas a renumeração das unidades⁶.

O modelo de ciência e de escola moderna, assentado na lógica classificatória e discriminatória, é outro dinamizador da instalação da ação estatal que toma a educação escolar, em geral, e a educação em Ciências, para o desencadeamento de processos educativos-preventivos. Desse modo, pode-se afirmar

⁵ As edições de 2014 e 2018 dessa coleção foram submetidas e aprovadas, respectivamente, nos editais do PNL 2017 e 2018. Os livros da última edição também não foram organizados por projeto como na edição anterior.

⁶ A unidade 3 do livro do 7º ano passou a ser unidade 2 e as unidades 3 e 7 do livro do 8º ano passaram a, respectivamente, unidades 2 e 4.

Quadro 1 – Configuração da localização da temática da AIDS nos livros didáticos analisados.

Anos	Projetos
Projeto Araribá (2014)	
7º ano	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Unidade 3 – A classificação dos seres vivos - Tema 2 – Os vírus ➔ Unidade 3 – Sistemas cardiovascular, linfático e imunitário - Tema 6 – O sistema imunitário ➔ Unidade 7 – Adolescência e reprodução humana - Tema 4 – Os métodos anticoncepcionais.
Projeto Araribá Mais (2018)	
7º ano	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Unidade 2 – A classificação dos seres vivos - Tema 2 – Os vírus
8º ano	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Unidade 2 – Sistemas cardiovascular, linfático e imunitário humano - Tema 6 – O sistema imunitário ➔ Unidade 4 – Adolescência e reprodução humana - Tema 5 – Os métodos anticoncepcionais.
Projeto Teláris (2016)	
7º ano	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Unidade 2 – Os seres mais simples - Capítulo 6 – Vírus, bactérias e saúde do corpo <p style="text-align: center;"><u>4. Os vírus e a nossa saúde</u></p>
8º ano	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Unidade 2 – As funções da nutrição - Capítulo 8 – O sangue ➔ Unidade 4 – Sexo e reprodução - Capítulo 17 – Doenças Sexualmente transmissíveis
Teláris (2018)	
7º ano	-
8º ano	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Unidade 1 – Reprodução - Capítulo 3 – Sexualidade e métodos contraceptivos - Capítulo 4 – Doenças Sexualmente transmissíveis
Aprendendo com o Cotidiano (2015)	
7º ano	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Unidade E – Reprodução e Responsabilidade - Capítulo 15 – Sexo, saúde e sociedade
8º ano	-
Aprendendo com o Cotidiano (2018)	
7º ano	-
8º ano	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Unidade C – Reprodução e Responsabilidade - Capítulo 9 – Sexo, saúde e sociedade
Investigar e Conhecer: Ciências da Natureza (2015)	
7º ano	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Unidade 2 – Origem, evolução e classificação dos seres vivos - Capítulo 4 – Origem e evolução dos seres vivos ➔ Unidade 3 – Vírus, procariontes, protistas e fungos - Capítulo 6 – Os vírus
8º ano	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Unidade 6 – Conhecendo a reprodução humana e a hereditariedade - Capítulo 12 – Reprodução humana
Inovar: Ciências da Natureza (2018)	
7º ano	-
8º ano	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Unidade 1 – Vida e evolução - Capítulo 3 – Reprodução humana

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da distribuição de conteúdo encontrada nos livros didáticos investigados: Editora Moderna (2014, 2018); Gewandsznajder e Pacca (2018); Gewandsznajder (2016); Lopes e Audino (2018); Lopes (2015); Canto e Leite (2018); Canto (2015).

que os saberes escolares das Ciências da Natureza contribuíram (e contribuem) para a movimentação de propostas educativo-sanitárias tanto no caso da epidemia da AIDS quanto em situações pandêmicas, como a vivida no contexto da Covid-19.

Localiza-se, nesse sentido, no livro do 8º ano da coleção Araribá Mais o tema da AIDS, introduzido no tópico “Problemas relacionados ao sistema imunitário”, no contexto do tema 6 - Sistema imunitário, do seguinte modo: “A AIDS, por exemplo, causa problemas nesse sistema, permitindo o desenvolvimento de doenças oportunistas que podem até levar à morte” (Editora Moderna, 2018, p. 52). A frase carrega informações distintas, não desdobradas no texto. Na primeira parte, a AIDS é indicada como causa de problemas no sistema imunitário, e, na segunda, ela possibilita o desenvolvimento de doenças oportunistas e a morte.

Ao se tomar a produção do conhecimento biomédico, verifica-se que o recurso da simplificação do conhecimento, pelo texto do livro supracitado, compromete o acesso adequado à informação científica contemporânea: (a) é a ação do vírus que poderá destruir o sistema imunitário; (b) é a possibilidade da evolução da infecção de HIV que poderá desencadear a AIDS. Ou seja, a infecção por HIV no organismo poderá chegar a um estágio denominado AIDS. O organismo, neste estágio, poderá ser acometido por determinados agentes desencadeadores de doenças (oportunistas). O desfecho da doença (de qualquer doença) pode vir a ser à morte. Logo, a morte é um possível desfecho; é uma possibilidade; um vir a ser; não uma sentença.

A proposição “[...] a AIDS é uma doença que pode se manifestar após a infecção do indivíduo pelo vírus da imunodeficiência humana, conhecido como HIV (do inglês, *Human Immunodeficiency Virus*)” constantes dos livros do 8º ano, tanto na coleção Araribá (Editora Moderna, 2014, p. 79) quanto na coleção Araribá Mais Araribá (Editora Moderna, 2018, p. 52) recorre, do ponto de vista da linguagem, de uma ordem propositiva, determinista e explicadora – a AIDS é uma doença, e assinala para as condições e tempo em que ela pode se manifestar – após a infecção pelo HIV. Afirmar a AIDS como doença apresenta agravos formativos, quando se considera a importância da apropriação da noção de síndrome.

Doença e síndrome são termos/conceitos biomédicos distintos, e cabe, em uma produção de um livro didático, a apresentação dessa distinção, em razão do compromisso dela com a informação e a educação científica. Defende-se que reduzir síndrome à doença e vice-versa carrega prejuízo formativo de grande alcance e reitera-se estigmatizações e danos políticos, uma vez que, social e culturalmente, a doença e a pessoa doente são lidas no espectro da anormalidade, da incapacidade, da monstruosidade. Isso significa apontar o quanto a doença e a pessoa que adoece são marcadas negativamente nos contextos sociais e culturais.

Nesse lugar, a disciplina escolar Ciências tem tarefa fundamental de alterar modos de pensar os conceitos doença e pessoa doente. Modos que se atrelam a propósitos formativos consequentes na educação em ciências. Eles são defendidos, inclusive, por agências internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que copatrocinam o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (Unaid) e ponderam que,

A educação é vista como a pedra angular de uma resposta eficaz ao HIV e contribui para fomentar o crescimento econômico, reduzir a pobreza e melhorar a saúde em geral. A Unesco acredita que a educação pode transformar vidas, e tem a capacidade

de criar cidadãos globais capazes de prosperar em seu ambiente, tomar decisões saudáveis e construir um mundo mais justo, inclusivo, seguro, sustentável (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2015, p. 2).

Para o alcance da proposição acima citada, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2015, p. 2) aponta para a própria estratégia de enfrentamento ao HIV e define, no mesmo documento, quais eram suas três principais áreas de foco, sendo a “[...] criação de capacidade para o país a fim de que ele possa ter respostas bem-sucedidas e sustentáveis ao HIV no setor de educação; fortalecer a educação abrangente do HIV e a educação sexual; e promover a igualdade de gênero e proteção dos direitos humanos”. Na esteira do que propõe a Unesco, como também as discussões mais contemporâneas da educação em ciências no tocante ao HIV, a consideração às formulações pautadas em referenciais atualizados pelo conhecimento científico é ponto central para respostas eficazes ao HIV e à construção de mundos justos, seguros e inclusivos. Dessa maneira, defende-se, aqui, que apresentar, discutir e demarcar conceitos como os de doença e síndrome são ações inteiramente relevantes para que a educação, de fato, seja pedra angular nas respostas ao HIV e à AIDS em nosso país.

Os livros da coleção Araribá, nas duas edições, apresentam o significado da sigla AIDS e de sua origem linguística da seguinte maneira: “A sigla *aids* deriva do inglês *acquired immunodeficiency syndrome*, que em português quer dizer síndrome da imunodeficiência adquirida” (Editora Moderna, 2014, p. 79; 2018, p. 52, grifos do autor), e de cada um dos termos que a constituem:

Síndrome designa um grupo de sinais e sintomas que, uma vez considerados em conjunto, caracterizam uma condição. *Imunodeficiência* é a falha do sistema imunitário do organismo contra microrganismos invasores, como vírus, bactérias e protozoários. *Adquirida* significa que a *aids* não ocorre espontaneamente, mas por um fator externo: a infecção pelo HIV (Editora Moderna, 2014, p. 79; 2018, p. 52, grifos do autor).

Está explícito, no excerto das duas edições dos livros citados, o conceito síndrome. Para as Ciências da Vida, contudo, está ausente a necessária contraposição deste com o conceito doença. Defende-se que essa contraposição é elemento educativo importante para a abordagem da temática AIDS, para a educação em saúde e para a educação em ciências, pois permite a superação de visões negativas e excludentes no entorno das pessoas que vivem com HIV e na sociedade em geral.

Nos livros da coleção Araribá, a partir da demarcação temporal que assinala para a evolução da AIDS, ela é admitida como uma condição crônica, caso tratada: “[...] atualmente, em grande parte dos casos, a AIDS, quando tratada, pode ser considerada uma condição crônica” (Editora Moderna, 2014, p. 79; 2018, p. 52). Com isso, a AIDS é descrita como doença, síndrome e condição crônica. Em relação à possibilidade de ser tomada como condição crônica, os livros afirmam: “[...] isso significa que uma pessoa infectada pelo HIV, se estiver em tratamento médico, pode viver com o vírus por um longo período sem apresentar sintomas” (Editora Moderna, 2014, p. 79; 2018, p. 52). Do modo como está escrito, a necessária distinção entre HIV e AIDS é invisibilizada. Esta distinção tem sido defendida a fim de que se possa fazer circular e dar a conhecer as várias possibilidades de vida de pessoas que vivem com o HIV; a atualização da produção de conhecimento sobre o vírus e sobre a síndrome, e, por fim, disponibilizar ferramentas conceituais que permitam à comunidade escolar ser reconhecida como espaço de não violência, contra toda e qualquer forma de preconceito, estigmatização e discriminação.

Recuperando a citação exposta em parágrafo anterior, nota-se, na explicitação do significado do termo “adquirida”, a extrapolação do sentido de sua atribuição na sigla AIDS. Adquirida é atrelada à AIDS e não à imunodeficiência. Os livros afirmam que a AIDS ocorre “[...] por um fator externo: a infecção pelo HIV” (Editora Moderna, 2014, p. 79; 2018, p. 52). Os LD afirmam ainda que o tratamento da síndrome provoca efeitos colaterais. A omissão de determinadas informações e a presença de outras são contributos importantes para o delineamento do tipo de proposta de educação que é colocada em funcionamento. Apesar de os livros referenciar a relação do HIV com tipo específico de glóbulos brancos e com o sistema imunitário, não menciona os linfócitos T CD₄+, para estudantes nem para professores/as. Essa informação, entretanto, está presente no livro do 8º ano de Gewandsznajder e Pacca (2018).

No debate atual, cabe ao texto didático referenciar as doenças relacionadas ao HIV, aquelas que se instalam pela deterioração gradativa da função imunológica, em decorrência da alta taxa de replicação do HIV, “[...] às vezes chamada de infecção avançada por HIV, o que leva à manifestação da AIDS” (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, 2017, p. 13). Desse modo, com o avanço do conhecimento sobre o HIV/AIDS o ensino do tema não pode prescindir de informações como: nem toda pessoa que vive com HIV ou positiva para o HIV chegará ao estágio da AIDS; há pessoas que vivem com o vírus que, em uso de antirretrovirais, ficam com carga viral indetectável, o que não é indicativo para abandono ao tratamento nem para o descuido com a prevenção, pois podem contribuir para a superação de preconceitos, discriminações e estigmas.

A história da AIDS é tema/conteúdo recorrente nas coleções. Na seção “Explore”, Unidade 4 – Adolescência e reprodução humana, tema 6 – Infecções Sexualmente Transmissíveis, é exibido, com supressões, o texto intitulado “A descoberta do vírus da AIDS”⁷ (Editora Moderna, 2014, p. 173; 2018, p. 101), bem como atividades de grupo envolvendo pesquisa sobre a história e a construção de uma linha do tempo da AIDS (Editora Moderna, 2018). Nos livros do 8º ano, das coleções Projeto Teláris e Teláris, têm-se um texto contendo fatos que marcam as décadas de 1980 e 1990, tais como: a indicação dos primeiros casos; a criação da sigla AIDS; a descoberta do vírus pelos cientistas, americano e francês, Robert Gallo e Montagnier; os primeiros testes; a produção do AZT (primeiro medicamento); o verdadeiro autor da descoberta da AIDS. Indicam ainda, dentre os marcos, a descoberta dos sorotipos do HIV (Gewandsznajder, 2016).

Nos livros de todas as coleções analisadas, o diálogo sobre a HIV/AIDS é estabelecido na relação com as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Há livros que ainda mantêm, com explicações distintas, a manutenção do termo em desuso: Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). O livro do 7º ano, da coleção Projeto Teláris, também apresenta a relação AIDS/IST indicando que o/a professor/a informe aos/às estudantes que “[...] as infecções sexualmente transmissíveis, incluindo a aids, serão estudadas com mais detalhes no 8º ano” e destaca a importância de se alertar sobre a necessidade de “[...] buscar um médico para o tratamento de doenças”. E, assinalando para a função que tem um livro didático, frisa o papel de “[...] situar os estudantes e difundir os conhecimentos sobre algumas doenças, auxiliando o cuidado de si, mas não substitui, em hipótese alguma, a necessidade de consultar um médico para obter um tratamento adequado” (Gewandsznajder, 2016, p. 143). O autor, ao abordar outros medicamentos além das vacinas, evidencia a existência de “antivirais” como exemplo de medicamentos específicos

⁷ Texto de divulgação científica produzido pelo médico brasileiro Dráuzio Varela (Varela, 2011).

"[...] contra certos tipos de vírus, como o do herpes, o da gripe e o da aids" (Gewandsznajder, 2016, p. 144). Contudo, a informação que se considera mais pertinente é a de que os antirretrovirais compõem o conjunto de medicamentos utilizados para o tratamento da infecção pelo HIV.

O livro do 8º ano, da Coleção Inovar (Lopes; Audino, 2018, p. 66), apresenta um texto complementar, cujo editor (Ministério da Saúde/Brasil), em nota (em fonte menor que a do texto complementar, que por sua vez é menor que a do texto principal), afirma que, "[...] atualmente, a nomenclatura utilizada para doenças sexualmente transmissíveis é Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)". Já no livro do 8º ano, da coleção Teláris (Gewandsznajder; Pacca, 2018, p. 91), há uso recorrente do termo DST. Na página nove está estabelecida que "[...] a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (conhecidas pela sigla DST) podem passar de uma pessoa para outra por meio de relação sexual" (Gewandsznajder; Pacca, 2018, p. 9). Já na página 70, do mesmo livro, lê-se: "[...] as infecções sexualmente transmissíveis (IST) são um termo mais adequado para as doenças sexualmente transmissíveis (DST), embora o termo DST ainda seja frequente nos meios de comunicação [...]" (Gewandsznajder; Pacca, 2018, p. 70). A mesma ideia também se faz presente na página 114, seção "Oficina de soluções" aponta que, "Atualmente, há recomendações para usar o termo mais abrangente, infecções sexualmente transmissíveis (IST), em vez de DST" (Gewandsznajder; Pacca, 2018, p. 114).

O livro supramencionado apresenta o argumento sobre o uso do termo IST: "O termo IST, em vez de DST, chama a atenção para a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem apresentar sinais e sintomas de uma doença, como estudaremos no próximo capítulo" (Gewandsznajder; Pacca, 2018, p. 70). Importante destacar que o capítulo do livro que consta essas informações é intitulado "Sexualidade humana", localizado na Unidade 3, "Sexualidade e métodos contraceptivos". A indicação sobre os termos DST e IST constituem o subtópico "Consentimento e respeito", no qual, além destes aspectos, o autor apresenta o conceito "sexo" em mesmo sentido que "ato sexual", "relação sexual", e associado ao prazer.

Ninguém deve fazer sexo se não quiser ou se não se sentir preparado para isso. Caso alguém se torne sexualmente ativo sem estar preparado, pode sentir-se confuso pelos sentimentos que uma relação sexual pode gerar. O sexo, apesar de prazeroso, pode trazer consequências físicas não desejáveis, como a possibilidade de contrair uma Infecção Sexualmente Transmissível ou, então, uma gravidez não planejada. Além disso, pode gerar consequências emocionais não esperadas (Gewandsznajder; Pacca, 2018). Desse modo, na citação supra referida, está explícito que o apelo do livro é uma ideia de preparação para a prática sexual. Em um procedimento de atuação sobre os corpos adolescentes, o livro orienta e disciplina acerca do que deve, das condições e do como deve ser realizada a prática sexual.

O texto, além disso, aponta para possíveis consequências resultantes a quem descumpra a ordem da preparação, nominando-as em físicas e emocionais, a possibilidade de uma IST ou uma gravidez não planejada. Embora, na primeira frase da citação, esteja apontado a possibilidade de "[...] sentir-nos confusos pelos sentimentos que uma relação sexual pode gerar [...]", na última frase há a indicação de "[...] consequências emocionais não esperadas" (Gewandsznajder; Pacca, 2018, p. 70). A aura do medo e do suspense são mantidas pelo texto didático, com isso, infere-se que ele aposta na "pedagogia do medo" como estratégia à prevenção, tanto da gravidez não planejada (menção a corpos que engravidam – mulheres) e IST (Gewandsznajder; Pacca, 2018).

Cumpra afirmar que na frase “[...] o sexo, apesar de prazeroso, pode trazer consequências físicas não desejáveis, como a possibilidade de contrair uma infecção sexualmente transmissível ou então uma gravidez não planejada” (Gewandsznajder; Pacca, 2018, p. 70), a conjunção liga as ideias IST e gravidez não planejada. Esse artifício termina por manter a noção de sexo, prática sexual e sexualidade como sinônimos. Manutenção vastamente criticada por autoras/es como Silva (2010), Ribeiro *et al.* (2016), entre outras/os.

O LD toca, embora não explicitamente, nas relações de gênero, como relações marcadas pelo poder e, de modo discreto, pela violência: “É preciso saber dizer ‘não’ e aceitar um ‘não’. [...] Também não se deve namorar ou ter uma relação sexual só porque foi pressionado pelo parceiro ou porque seus amigos acham que já está na hora” (Gewandsznajder, 2018, p. 70). Além disso, destaca-se que, embora faça parecer que há ampliação na abordagem da diversidade da orientação sexual e de gênero, o texto principal destinado ao/à estudante não alcança quando se assenta nas experiências da heterossexualidade, como pode ser observado no trecho “Se você tem um namorado ou uma namorada, ou se planeja ter uma relação sexual com alguém, deve ter uma conversa sincera com seu par. Ambos precisam estar dispostos para a relação e informados sobre os métodos para evitar a gravidez e as IST” (Gewandsznajder, 2018, p. 70).

A manutenção do pano de fundo da discussão sobre sexualidade alinhada ao sexo biológico e a prevenção à gravidez e IST é mantida na coleção analisada, e, a elas, aliam-se ao que os livros continuam apresentando como métodos contraceptivos. Esses conteúdos abrem espaços, nos livros, para a abordagem e o diálogo sobre a AIDS. Retoma-se, contudo, o uso dos termos DST e IST nos materiais, para perguntar: qual sentido tem a manutenção do termo DST nos textos se os/as autores/as admitem que é um termo em desuso? Por que o silêncio quanto as justificativas para a substituição do termo DST para IST? Esta não teria importância como tem os marcos da história da AIDS na formação de estudantes e docentes? As respostas a essas perguntas merecem novos estudos. Mas os traços delas envolvem, sem dúvida, posição do saber a ser ensinado e aprendido sobre AIDS. Esta posição associa-se ao modo como autores/as dos livros deslocam a compreensão da AIDS como síndrome e a reiteram como doença. Defende-se que essa associação reitera o senso comum de que a pessoa vivendo com AIDS é doente, e, em um contexto que a doença incapacita, assevera-se, pela escola, estigmas. Manter a terminologia DST contribui para o uso do recurso do medo e não do efetivo enfrentamento a infecção por HIV, o que tem mostrado pouca efetiva, basta olhar para os dados estatísticos constantes da abertura deste trabalho.

Combinado o modo de diálogo que estabelece sobre a HIV/AIDS, quando perguntados pelas pessoas alvos do vírus e da síndrome, os livros responderam, de modo singular, à pergunta. As respostas localizadas estão descritas na seção a seguir.

(b) A (in)visibilidade da pessoa vivendo com HIV nos Livros Didáticos de Ciências.

A centralidade do diálogo com certo modelo médico-sanitário, calcado na prevenção, transmissão, com foco na doença e nas relações sexuais compõem os ensinamentos sobre o HIV e a AIDS nos livros analisados.

A aids pode ser prevenida com o uso de preservativos (camisinha feminina ou MASCULINA) durante as relações sexuais. Outros cuidados que devem ser tomados são não compartilhar objetos cortantes e perfurantes, como tesoura ou alicate

de unha, que não tenham sido esterilizados, e, no caso da necessidade de uma transfusão sanguínea, informar-se sobre as condições dos bancos de sangue. As grávidas portadoras do HIV devem fazer pré-natal e ter tratamento adequado. Como a transmissão também pode ocorrer pelo leite materno, o bebê não pode ser amamentado pela mãe (Editora Moderna, 2014, p. 79; 2018, p. 52).

De modo específico, os livros das Coleções Araribá tomam o caminho pela abordagem da prevenção da AIDS descolada da prevenção à infecção pelo HIV. Além disso, há uma determinação endereçada às “grávidas portadoras do HIV que devem fazer pré-natal” e não amamentarem. No livro do 8º ano, de Gewandsznajder e Pacca, no Capítulo 2 – Reprodução humana e transformações na puberdade, no Capítulo 3 – Gravidez, Cuidados com os bebês, as mães que vivem com HIV, são referidas do seguinte modo: “As mães *portadoras do vírus da AIDS* também devem evitar a amamentação, seguindo a orientação do médico para a escolha e o preparo do leite comercial” (Gewandsznajder; Pacca, 2018, p. 54, grifo nosso). De um lado, a determinação, no caso dos livros Araribá e Araribá Mais, contribui para o agravamento do modo como apenas as mulheres, historicamente, têm sido responsabilizadas pela gravidez. De outro, os livros, ao apresentarem a expressão “portadora do HIV”, desconsideram que é um termo também em desuso por ser compreendido como equivocado por agências como o Unids, por pesquisadores/as e ativistas dos direitos humanos.

Os livros das coleções titubeiam e mantêm o uso da expressão “portador/a do HIV/portador/a do vírus da AIDS”. A palavra “portador/a” impede que responsabilidades, deveres e direitos entre pessoas com e sem HIV/AIDS sejam vistos como uma questão de saúde pública. Ela reitera estigmas e preconceitos, por isso, atualmente, há recomendações para o uso de expressões como “pessoa vivendo com HIV” ou “pessoa vivendo com AIDS” (Brasil, 2020; Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, 2017). Entretanto, os livros apontam para usos das expressões “pessoas que vivem com HIV”, “soropositivos”. Nos livros do 8º ano, Lopes e Audino (2018) substituem a expressão “pessoas que têm HIV” por “pessoas portadoras do vírus”. No LD para 7º ano, Lopes (2015) apresenta a explicação sobre a diferença de ser “soropositivo” e ter AIDS. A autora indica que, mesmo sem sintomas, é possível a transmissão do vírus e destaca que não se contrai o vírus pela convivência. Em texto relativo à prevenção e ao combate ao preconceito, Gewandsznajder e Pacca (2018) na seção Ciência e sociedade, apresentam um texto e capa da cartilha do Unids “Pelo fim da discriminação das pessoas que vivem com HIV/AIDS. Lei 12984/14”.

É possível visualizar que a seção referida no parágrafo anterior aponta para o objetivo da criação do Dia Mundial de Luta Contra a AIDS; assinala quando esse dia passou a ser comemorado no Brasil (final da década de 1980); indica para os avanços no país quanto às ações e aos programas de prevenção e assistência, aos índices da mortalidade e assinala que a Lei nº 12984/14 prevê a prisão, de 1 a 4 anos, e multa por discriminação de pessoas vivendo com HIV ou AIDS, e, apresenta o endereço eletrônico onde a cartilha, publicada em 2017, pelo Unids, está disponibilizada. Após a imagem da cartilha, o livro aborda as formas de prevenção e tratamento e destaca o papel e a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) no enfrentamento a AIDS em nosso país.

Considerando a problematização formulada por Ayres (2001) e Seffner (2001) acerca das vulnerabilidades dos indivíduos, os LD ainda não se apropriaram dessa questão, particularmente, no que concerne à abordagem dos aspectos sociais, programáticos e individuais. Os livros de todas as coleções afirmam que uma pessoa que convive com HIV ou AIDS, se tratada, pode ter qualidade de

vida. Lopes e Andino (2018), por meio de um conjunto de atividades, fazem abordagem de informações sobre programas, ações, dados estatísticos da evolução da AIDS no Brasil e no mundo. Nelas, os autores apontam para termos médicos como taxa de detecção, estado imunológico, “[...] carga viral suprimida, ou seja, sem manifestações da doença” (Lopes; Andino, 2018, p. 89), acompanhamento pré-natal como direito de toda família, não discutidos no texto principal do livro do/a aluno/a, mas com indicações de referências de páginas eletrônicas de órgãos e agências de referência para a discussão. Outrossim, o livro apresenta informações no Manual do professor e sugestões de artigos acadêmicos e livros tanto para os/as docentes quanto para os/as discentes. Essa perspectiva foi observada em todas as coleções analisadas.

Nas coleções, ainda é presente a perspectiva da responsabilização da pessoa individualmente pela infecção e transmissão do HIV. O foco na educação do “comportamento”, da prática sexual é o que termina orientando as lições sobre a AIDS e sobre o corpo. Há vestígios fortes da culpabilização de determinados “grupos” de pessoas, terminologia ainda verificada nos livros. Assim, muito há que se avançar para o alcance de uma efetiva mudança de dinâmica educativa pelos LD em relação à abordagem e ao entendimento sobre a AIDS e, particularmente, à visibilidade das pessoas vivendo com HIV.

Os alertas para as situações de preconceito e discriminação estão presentes nos livros, como pode-se ler na citação que segue: ainda existe muito preconceito e discriminação quanto aos portadores do vírus HIV; por isso, é importante chamar a atenção para as formas de transmissão desse vírus e também para os comportamentos que não oferecem riscos de infecção. Esclareça aos estudantes que a informação é a melhor arma para combater o HIV; é também colaborar com a qualidade de vida das pessoas infectadas (Gewandsznajder; Pacca, 2018).

A citação é uma das orientações didáticas dirigidas aos/às professores/as, no livro a eles/as destinados/as. Há a reiteração do preconceito e discriminação, a manutenção da expressão “portadores do vírus HIV”. Destaque-se que o livro aponta que é, por isso (em razão do preconceito e discriminação), que é importante “chamar a atenção para as formas de transmissão” do vírus. Entende-se que, desse modo, o livro ensina a enfrentar o preconceito e a discriminação, e não as formas de disseminação do vírus. Ou seja, o texto favorece ao entendimento de que a melhor forma de combate ao preconceito e a discriminação é não ser infectado pelo vírus.

Outro mecanismo tomado para o enfrentamento do preconceito e da discriminação é a atenção aos comportamentos de riscos de infecção. No emaranhado, Gewandsznajder e Pacca (2018) conclamam que a informação é a melhor “arma” para que haja colaboração na qualidade de vida das pessoas “infectadas” e para “combater” o vírus da AIDS. É acrescentada outra forma de referência às pessoas com HIV/AIDS – pessoas infectadas e a dimensão bélica para seu enfrentamento.

O conhecimento e a informação são, de fato, possibilidades efetivas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação, todavia, não se pode reduzir aos aspectos exclusivos do saber sobre o mecanismo de transmissão viral e de orientações técnicas de condução das práticas e desejos. Preconceito e discriminação são elementos fundantes dos modos de ver e pensar os corpos, de pensar a doença. Alude-se a Sontag (2007) para quem ao se apresentar os modos de ver e pensar a doença e o/a doente, lida-se com estereótipos produzidos pela sociedade. Para a autora, o/as sujeito/as são fortemente influenciados/as pelo modo como se diz e se descreve uma doença. Nas sociedades

modernas, a doença, e, nesse contexto, a AIDS foi/é pintada com caráter fortemente moralista. Os livros didáticos de Biologia têm participado dessa produção de pintura. Por eles, a AIDS e a pessoa que vive com AIDS também são descritos e as estratégias de seu enfrentamento são ainda posicionados pelo uso da linguagem militar – da guerra (combate, luta). Dessa maneira, conclui-se que os LD analisados carregam marcas de estigmatização da AIDS e das pessoas por ela acometidas e, assim, promove-se um movimento de mobilização de professores/as e alunos/as, no campo escolar, bem distinto do modo como outras doenças são trabalhadas. As afirmações de que o tratamento da AIDS assegura qualidade de vida sem que se considere as condições econômicas, as condições sociais, afetivas e econômicas não são suficientes para dizer da pessoa que vive com HIV. Essa perspectiva encontra-se ausente na abordagem do tema por todas as coleções.

Os livros utilizam de uma pedagogia que reitera o discurso de condutas bio-politicamente corretas como forma de prevenção à AIDS e ao preconceito e à discriminação. Estes últimos não problematizados e questionados como parte e produto de processos educativos e científicos que alijam pessoas dos seus direitos de existência. Por fim, conclui-se que os livros apresentam avanços, mas não rompem com a produção da responsabilização e culpabilização das pessoas pela infecção ou alcance do estágio clínico denominado AIDS; não contribuem com o desmascaramento das discriminações e dos preconceitos, de ordem distinta, oferecendo ferramentas para a crítica e desgaste deles. Há ainda que se avançar na abordagem da AIDS pelos LD de forma autônoma de temas como reprodução, métodos contraceptivos, sexualidade, pois, dessa maneira, continua a embaçar a visão sobre como na escola, na ciência e na sociedade se constroem modos de viver e pensar as síndromes, as doenças e os adoecimentos.

Conclusão

No contraste dos LD aprovados pelo PNLD, antes e depois da Base Nacional Curricular Comum, foi possível a verificação da redução e/ou retirada do tema AIDS dos livros dos 7º anos e a manutenção dele nos livros de 8º ano. Há inclusões de novos aspectos, como a menção à Lei nº 12.984/14, que prevê a criminalização de preconceitos manifestos contra pessoas que vivem com HIV, e informações sobre as profilaxias pré e pós-exposição. Entretanto, a localização do tema apresenta-se nos mesmos conteúdos, assuntos clássicos como a reprodução, os métodos contraceptivos e as IST, permanecendo também uma continuidade da responsabilização individual da transmissão do HIV/AIDS e da cultura do medo e da morte. Dessa maneira, embora haja uma predominância de aspectos relativos à saúde e prevenção, existem traços de discussões dos direitos das pessoas a serem assegurados pelo Estado. Há, assim, discussões que permitem a ampliação da reflexão sobre a vida com HIV/AIDS, mas ainda muito dependentes de ações efetivas dos docentes em sala de aula.

Defende-se que o texto didático amalgama conjuntos variados de informações e saberes de naturezas diversas – científicos, culturais, sociais, políticas, ético-morais. Nesste sentido, ele veicula modos de dizer e de pensar sobre processos e fenômenos da natureza, que não estão desatrelados de processos e fenômenos socioculturais. A consideração à ênfase terminológica utilizada pelos livros, nos diálogos que estabelecem com docentes e discentes, merece atenção, particularmente, quando se considera a linguagem como instauradora de modos de conviver com as doenças, com o adoecimento e com as pessoas.

O recurso da descrição da AIDS e do HIV pode, dessa forma, reiterar a aura do medo, do pânico e do discurso da morte, e pode se configurar como mecanismo de enfrentamento e produção de resposta à infecção pelo HIV. A ideia da AIDS como doença é reforçada nos livros, e afasta-se da ideia de que ela se constitui, na verdade, em um estado clínico que tem como consequência a exposição dos organismos a um conjunto de doenças. Assim, defende-se que a linguagem, portanto o diálogo que os livros estabelecem com seus/suas leitores/as e usuários/as, constitui mundos. Por conseguinte, quando se observa a centralidade da linguagem dos livros, ainda se pode inferir que há que se dar passos mais largos em direção à construção de educações que superem os preconceitos sobre a AIDS e as pessoas que com ela convivem.

Colaboradores

L. M. C. CORRÊA foi a responsável pela concepção, planejamento da ideia para o artigo, redação e elaboração do texto. E. P. Q. SILVA foi a professora orientadora do artigo, contribuiu com a revisão intelectual crítica e a aprovação da versão final para publicação.

Referências

- Ayres, J. R. C. M. Vulnerabilidade dos jovens ao HIV/Aids: a escola e a construção de uma resposta social. In: Silva, L. H. (org.). *A Escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 413-423.
- Barbieri, C. L. A.; Zucchi, A. M.; Barros, C. R. S. *Grupo de risco: uma denominação inadequada no enfrentamento do coronavírus*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/grupo-de-risco-uma-denominacao-inadequada-no-enfrentamento-do-coronavirus-artigo-de-carolina-luisa-alves-barbieri-eliana-miura-zucchi-claudia-renata-dos-santos-barros/49081/>. Acesso em: 5 set. 2022.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- Bellini, M.; Frasson, P. C. Ciências e seu ensino: o que dizem os cientistas e os livros didáticos sobre o HIV/AIDS? *Ciências e Educação (Bauru)*, v. 12, n. 3, p. 261-274, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132006000300002>
- Biblioteca Virtual em Saúde. *Variola dos macacos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://bvsm.saude.gov.br/02-6-variola-dos-macacos/>. Acesso em: 20 set. 2022.
- Brasil. Ministério da Educação. *Dados estatísticos – PNLD 2020*. Brasília: FNDE, 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 16 set. 2020.
- Brasil. Ministério da Saúde. *Boletim epidemiológico HIV-AIDS/2019*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2019/boletim-epidemiologico-especial-hiv-aids-2019/view>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- Canto, E. L. *Ciências Naturais: aprendendo com o cotidiano*. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- Canto, E. L.; Leite, L. C. C. *Ciências Naturais: aprendendo com o cotidiano*. São Paulo: Moderna, 2018.
- Cellard, A. Análise documental. In: Poupart, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- Corrêa, L. M. C. *Aids nos livros didáticos de Biologia: PNLEM 2007, PNLD 2012 e 2015*. 2017. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- Editora Moderna. (org.). *Araribá Mais: Ciências*. São Paulo: Moderna, 2018. v. 8.
- Editora Moderna. (org.). *Araribá Ciências*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014. v. 8.
- Ferreira, C. V. L. *Aids e vida: um estudo clínico-psicanalítico com pacientes com HIV*. São Paulo: Lemos Editorial, 1994.
- Gewandsznajder, F. *Projeto Telaris: ciências*. 2. ed. Editora Ática: São Paulo, 2016. v. 7

- Gewandsznajder, F.; Pacca, H. *Telaris: ciências*. 3. ed. Editora Ática: São Paulo, 2018. v. 8.
- Lajolo, M. Livro Didático: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*, v. 16, n. 69, p. 3-9, 1996. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2368/2107>. Acesso em: 16 set. 2020.
- Lopes, S. *Investigar e Conhecer: ciências da natureza*. Saraiva: São Paulo, 2015. v. 7.
- Lopes, S.; Audino, J. *Inovar: ciências da natureza*. 6. ed. Saraiva: São Paulo, 2018. v. 8.
- Machado, M. G. et al. Corpo e infecções sexualmente transmissíveis: análise dos conteúdos nos livros didáticos de ciências e biologia. *Sustinere - Revista de Saúde e Educação*, v. 7, n. 1, p. 106-131, 2019. Disponível em: <https://go-gale.ez34.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?p=AONE&u=capex&id=GALE|A603411085&v=2.1&it=r>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Copatrocinador UNAIDS*. Brasília: Unesco, 2015.
- Pelúcio, L.; Miskolci, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 125-157, 2009.
- Pereira, R. M. *Gênero e Sexualidade no ensino de ciências: analisando livros didáticos do ensino fundamental*. 2013.132 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. *Guia de terminologia do UNAIDS*. Brasília: UNAIDS, 2017.
- Ribeiro, P. R. C. R. et al. O ensino de biologia e suas articulações com as questões de corpos, gêneros e sexualidades. *Bio-grafias: Escritos sobre La Biología e su Enseñanza*, v. 9, n. 16, p. 77-86, 2016.
- Rocha, L.; Magalhães, T. OMS aconselha redução de parceiros a gays e bissexuais como prevenção à varíola dos macacos. *CNN Brasil*, São Paulo, 27 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/oms-aconselha-reducao-de-parceiros-a-gays-e-bissexuais-como-prevencao-a-variola-dos-macacos/>. Acesso em: 20 set. 2022.
- Schaurch, D. Dos grupos de risco à vulnerabilidade: reflexões em tempos de HIV/Aids. *Revista Contexto & Saúde*, n. 6, p. 115-127, 2004.
- Seffner, F. Aids e (é) falta de educação. In: Silva, L. H. (org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 397-412.
- Silva, E. P. Q. *A invenção do corpo e seus abalos: diálogos com o ensino de biologia*. 2010. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- Sontag, S. *Doença como metáfora: AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Varela, D. A Descoberta do Vírus da aids. *Uol*, São Paulo, 15 abr. 2011. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/infectologia/a-descoberta-do-virus-da-aids-artigo>. Acesso: 18 nov. 22.
- Wortmann, M. L. C. Currículo e ciências: as especificidades pedagógicas do ensino de ciências. In: Costa, M. V. (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. p. 129-157.

Recebido em 12/4/2022, versão final em 28/9/2022 e aprovado em 9/10/2022.